O MACUTI COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DA ILHA DE MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO DOS BAIRROS DE LITINE E ESTEU, 1991-2006

Aiúba Ali Aiúba[1]

Esta breve reflexão se propõe a tentar compreender o valor histórico da expressão sociocultural do macuti (nome dado a uma palha vegetal extraída do coqueiro usada na cobertura das casas na Ilha de Moçambique usando técnicas tradicionais baseadas em saberes populares) na vida da população da Ilha de Moçambique.

A cidade da Ilha de Moçambique está localizada na República de Moçambique, região austral de África, a cerca de 2400 km da capital do país, a cidade de Maputo e cerca de 180 km da capital da Província nortenha de Nampula. Fazem parte do arquipélago três pequenas Ilhas, não habitadas: a Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim do mesmo nome, a leste as Ilhas de Goa e Sena.

Dada a sua localização geográfica no Oceano Índico, esta pequena Ilha tornou-se, desde cedo, num ponto de convergência entre povos de origem africana, árabe, persa, turca, indiana, européia e mais tarde a América Latina marcaria sua presença através do Brasil, tornando-se assim num importante centro comercial da costa e principalmente num palco de troca de experiências entre estes povos.

A ocupação histórica desta região deu-se primeiramente com o movimento de dispersão das primeiras comunidades agrícolas na África Austral e Oriental, no início do

[1] Doutorando (bolsista PEC-PG da Capes) no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

Primeiro Milênio, que deu origem às sociedades "Proto-Swahili". Estas comunidades eram falantes de línguas Bantu, tendo-se estabelecido na costa oriental Africana e adotado um modo de vida marítimo, onde desenvolviam uma indústria artesanal distinta, caracterizada por olaria, tecelagem, produção de metais, marfim e tratamento de pele, bem como o comércio local e com mercadores distantes (ADAMOWICZ 1987; DUARTE & MENESES 1996).

A partir do século X, os mercadores árabes que demandavam as costas de "Sofala" foram difundindo o islã entre as populações costeiras. Mais tarde, começaram a organizar-se em pequenos núcleos Islamizados e/ou entrepostos comerciais espalhados ao longo da costa oriental africana, estruturando-se em unidades político-administrativas sob a designação de Xeicados e Sultanatos. Na província de Nampula, no norte de Moçambique, formaram-se os Sultanatos de Angoche e Sancul, e Xeicados de Quitangonha, de Sangage, e o Xeicado da Ilha de Moçambique, fundado por Hassani Moussa M'Biki (de onde advém, provavelmente, o nome de Moçambique) por volta do século XI.

A presença européia teve lugar a partir do século XV, iniciada com a passagem do navegador português Vasco da Gama em 1498, tendo atingido a costa moçambicana na qual encontrou um território com um complexo sistema político, econômico e social, estruturado por povos que, não só habitavam aquela zona desde o século III d. C., assim como também tinham contatos comerciais com árabes e outros povos asiáticos, como é o caso dos indianos desde os finais do primeiro milênio, contatos esses que eram baseados primeiramente na exploração do ouro, ferro e cobre da região, e mais tarde desembocariam no que chamou de "tráfico negreiro".

Em 1500, após ter descoberto o Brasil, chegou à Ilha de Moçambique o famoso navegador Pedro Álvares Cabral que rapidamente ordenou a Sancho de Tovar a exploração do sul da costa, em especial a região de Sofala.

De acordo com a Revista Marítima Brasileira (1991: 387), em 1769 foi decretada completa liberdade de comércio para os navios brasileiros em portos de Moçambique, medida que se destinou a fomentar o comércio de escravos. Alguns anos depois "frequentavam a negociação de Moçambique os mercadores da Bahia e Rio de Janeiro estabelecendo ali casas de negócio, e delas expedindo navios para as ilhas francesas com carga de escravatura e para os portos da Índia com marfim, ouro e búzio".

O meu interesse por esta temática começa com a minha participação em alguns eventos promovidos pela Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico da Universidade Lúrio (UniLúrio), através do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique (CEDIM) em que o Macuti esteve sempre em pauta. Movido pela curiosidade, comecei a interessar-me em participar ativamente neste debate. Tomei a iniciativa de conversar espontaneamente com as pessoas sobre o assunto, tive várias respostas quando as questionei em relação à origem do coqueiro, para depois chegar ao Macuti. Fui dito que teria vindo "provavelmente" da Ásia, através dos indianos ou dos árabes, numa outra conversa, disseram-me que era mesmo uma planta local – afirmando que faz parte da "nossa cultura".

Portanto, prevalece a dúvida sobre a origem desta planta, mas o certo é que o seu plantio na Ilha e um pouco por todo país foi fomentado durante o período colonial. Para além de Macuti, o coqueiro também produz madeira (usada majoritariamente nas casas de macuti), coco (indispensável na gastronomia local), copra (polpa seca do coco) que é usada no fabrico de sabão e óleo (de cozinha ou mesmo para pele).

Neste contexto, acredito que o Macuti passaria a fazer parte da vida dos ilhéus pela facilidade na aquisição e principalmente na sua composição para que seja usado no teto das casas (arte que é de domínio de homens, mulheres e crianças). Importa referir que sua relevância social não se restringe apenas a essa de "cobrir casas", mas também é usado para construção dos quintais, produção de cestos (usados na pesca), e mais importante ainda associado à religião islâmica revela-se fundamental nos ritos funerários que aprofundaremos mais adiante.

A Ilha de Moçambique possui uma arquitetura bastante rica que é exemplo excepcional de uma dicotomia urbana resultante da diversidade cultural e interação entre as pessoas de diferentes origens e culturas, como me referi anteriormente, o que lhe valeu a indicação como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1991, pela UNESCO.

Os atributos da paisagem histórica e cultural da Ilha compreendem dois sistemas urbanos: a Cidade de Pedra e Cal, de influência Árabe, Swahili e Européia, e a Cidade de Macuti, de influência Swahili e a arquitetura tradicional Africana (DNPC, 2010).

A parte norte, Cidade de Pedra e Cal, de raíz Swahili, mas com fortes influências Árabes e Portuguesa possui uma estrutura e um desenho do edificado relativamente

homogêneo e ali vive uma parte relativamente pequena da população da Ilha, estando uma parte dos edifícios em situação de abandono e/ou em ruínas e outra parte em recuperação.

A parte sul, Cidade de Macuti, também de origem Swahili e de construção tradicional local, com valor de conjunto, em que o evidente interesse de cada edifício se dilui por corresponder a um mesmo modelo que se repete *ad infinitum* (CESO-CI 2009).

As razões para a sua "divisão" associam-se às formas como a ocupação portuguesa se operou. Durante séculos, a presença portuguesa teve, contudo que coabitar com o "outro", primeiro árabes e populações islamizadas, indianos e por fim os concorrentes europeus, já no século XVII. A economia da Ilha tornava-a atrativa e obrigava os seus ocupantes a estratégias de convivência e de defesa.

Na cidade de Pedra e Cal um conjunto de posturas camarárias obrigava os seus moradores a uniformizar as suas habitações (cores, fachadas, condições higiênicas). Por outro lado, nenhum escravizado podia construir palhotas dentro da cidade, a não ser no terreno do seu senhor e sob o seu controle. Em contrapartida, os negros livres podiam construir palhotas noutras áreas, segundo as determinações das autoridades camarárias, ou seja, na cidade de Macuti. Aqui se procurava ordenar o espaço público; impedir uma excessiva proximidade entre as casas e uniformizar o seu aspeto exterior (altura, reboco das paredes, etc.).

Na cidade de Macuti foram-se instalando os escravizados e trabalhadores das pedreiras de onde era extraída a pedra de coral aplicada na construção da cidade colonial (nos atuais bairros de Litine e Esteu). Escravizados vindos do continente tornaram-se criados e rendeiros e que por isso ganharam o direito de permanecer na ilha e de nela erguerem as suas tradicionais casas de macuti.

Penso que esta separação pode ajudar-nos a desconstruir alguns receios, pois revela, de certa forma, que a miscelânea social pela convivência das várias pessoas através "ligações históricas" ou, antes, para ser mais exato, as *connected histories* adotando a expressão proposta por Subrahmanyam, corrobora para o enriquecimento das culturas.

Perante o exposto e com vista a um estudo e aprofundamento do assunto, penso que a presente reflexão poderá contribuir para o debate em torno da seguinte questão: Que aspetos da identidade do macuti podem ainda ser preservados no contexto atual de

crescente tendência de uso de novas técnicas e materiais de construção modernos? Que ações emergenciais podem ser tomadas com vista a impedir o desaparecimento das casas de macuti como identidade sociocultural na Ilha de Moçambique?

Certamente, esta breve exposição não esgotou a complexidade das ideias aqui apresentadas, mas quero acreditar que deu talvez a oportunidade de partilhar algumas das questões que esta reflexão acarreta.

Referências Bibliográficas

ADAMOWICZ, L., 1987. Projecto CIPRIANA 1981-1985 - Contribuição para o conhecimento arqueológico entre-os-rios Lúrio e Ligonha, província de Nampula. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia 5:47-144.

CESO-CI 2009. Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique. Maputo: BAD/MEC.

DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL/República de Moçambique. Manual de Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel em Moçambique. Maputo: 2014;

MINISTÉRIO DA CULTURA- MOÇAMBIQUE. Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, Maputo, 2010;

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, vol. 111, numero 1/3 Janeiro/Março 1991. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=110992

SUBRAHMANYAM, S. "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia". Modern Asian Studies, Vol. 31, No. 3, Jul. 1997, pp. 735-762;

UNESCO/ WORLD HERITAGE COMMITTEE: *Nomination of Ilha de Moçambique for inclusion in the world heritage list 1990-91.*